

EM QUESTÃO/ O final da Constituinte

DILEMAS E RISCOS

Um definido elenco de questões controversas espera os membros da Assembléia Nacional Constituinte quando, na próxima semana, seguindo um novo calendário e obedecendo a novas regras regimentais (ver quadro ao lado), ocuparem o plenário para decidir sobre o texto elaborado pela Comissão de Sistematização. São problemas que dividem deputados e senadores, não apenas em função da coerência e dos princípios, mas também das conseqüências que as decisões irão gerar em futuro imediato. A escolha do sistema de governo desaguará em seguida num realinhamento das forças políticas, que a reequilíbrio dos principais poderes da República — mesmo na hipótese de manutenção do presidencialismo — irá tornar inevitável. Isto se não desaguar em eleições gerais, como querem de preferência os grupos até agora menos beneficiados pelos votos populares, que por sua vez poderão aumentar ou diminuir conforme a posição que seus constituintes assumirem nos próximos dias, não só em relação aos problemas políticos, mas também os de ordem social e econômica. Como esses dilemas e riscos estão sendo vistos sob as cúpulas do Congresso é o que informam, de Brasília, as repórteres Débora Berlink, Miriam Guaraciaba e Teresa Cardoso.

Calendário provável da Constituinte

24	5
27	6
2	12
2	18

■ Votação das propostas de alteração do regimento interno, ou seja, do ataque do Centrão às posições do relator Bernardo Cabral e da Comissão de Sistematização. Uma das alterações pedidas é a reabertura de prazos para emendas.

■ Fim do prazo de três dias para os pedidos de destaque. Somente as emendas rejeitadas pelo relator poderão ser objeto de destaque. Os autores poderão pedir que essas emendas sejam submetidas ao plenário, para votações em separado. Cada pedido de destaque terá de ser subscrito por seis constituintes e cada constituinte poderá subscrever seis pedidos. Esses e outros mecanismos que estão sendo discutidos destinam-se a restringir o número de destaques, a fim de que não seja exageradamente dilatado o prazo para a votação final.

■ Publicação dos avulsos: o projeto com as emendas aproveitadas pelo relator e as que tiverem pedido de destaque.

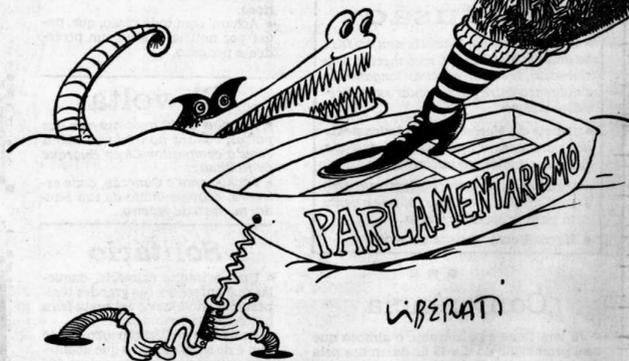
■ Provável início da votação em plenário. Não há, por enquanto, previsão de data para o encerramento dos trabalhos.

■ Nessa etapa, conforme o regimento atual, o quorum para abertura de sessão é de 56 constituintes e de 280 o quorum de votação. Pelas regras em vigor, o que não foi rejeitado por 280 votos — maioria absoluta — estará automaticamente aprovado. Esse critério está em discussão. O poder de veto do relator deverá impedir situações absurdas, como, por exemplo, a supressão do parlamentarismo sem sua substituição pelo presidencialismo.

■ Provável início do recesso da Constituinte, que poderá prolongar-se até 4 de janeiro de 1988.

Independente da natureza das alterações regimentais que venham a ser aprovadas, o prazo de três dias para a apresentação de emendas já é consensual.

As negociações encaminham-se no sentido de manter a autoridade do relator para vetar qualquer emenda. No caso de muitas emendas semelhantes, ele poderá escolher uma que represente a média das opiniões e incluí-la no novo projeto, do qual, de toda maneira, só fará parte as emendas que tiverem seu parecer.



Forma de governo

Quem vai para o trono?

Desde que a Comissão de Sistematização concluiu seus trabalhos, estabelecendo o regime parlamentarista de governo e um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) vem fazendo a seguinte comparação: "Nós estamos na situação de quem vai a um enterro e encontra uma triste viúva pálida e descabelada de sofrimento. Mas, na missa de sétimo dia as coisas mudam. A viúva já estará conformada com a realidade. O presidente Sarney, que foi um velho parlamentarista, e os militares logo compreenderão que não havia outra saída para o país".

Passada uma semana do término dos trabalhos da Sistematização, a conclusão do senador e de uma dezena de políticos que trabalharam pelo Parlamentarismo é a de que não só a viúva, como os representantes à missa absorveram muito bem essa mudança nos destinos do país. E poucos acreditam que o plenário da Assembléia Constituinte irá rejeitar essas duas inovações votadas na Comissão de Sistematização. A disposição dos candidatos em iniciar a campanha presidencial também não abala essa convicção. "Eles só se lançarão quando a nova Constituição estiver promulgada", prevê Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE).

É verdade que, mesmo entre os parlamentaristas, se encontram descrentes. É o caso do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), preocupado até hoje com o que ele considera contradições imperdoáveis do projeto aprovado. "Como instalar um Parlamentarismo sem voto distrital, sem ampliar o regime para os Estados e com um presidente que se elegeu num regime presidencialista?", indaga ele. "Não tem problema nenhum. A Inglaterra criou o parlamentarismo e o voto distrital por razões inteiramente diferentes", responde Egídio Ferreira Lima.

Um dos mais ardorosos parlamentaristas da Constituinte, esse deputado pernambucano vem celebrando com entusiasmo a aprovação do regime, que em sua opinião se instalará sem traumas.

O presidencialismo não tem mais chance, ele se encerrou com Jânio Quadros. Sua avaliação tem base histórica: Jânio não conseguiu governar por falta de apoio congressual.

"Se nem no regime autoritário o presidencialismo funcionou, então o caminho deste país é o parlamentarismo, mesmo com o voto proporcional", conclui Egídio. Numa linha diametralmente oposta, o presidencialista Jarbas Passarinho (PDS-PA) está em pânico com o que considera um trauma histórico que se avizinha na vida do país. "Já estou preparado para as mudanças, mas minha expectativa é pessimista", diz ele, convencido de que a falta de uma burocracia estável e a crônica mobilidade dos partidos políticos brasileiros inviabilizarão o regime de gabinete. "Vamos ter uma instabilidade partidária e conseqüentemente política", diz.

Também presidencialista e com um semblante mais preocupado do que o de Passarinho, o deputado Milton Reis (PMDB-MG) acha simplesmente impossível que o país se adapte ao parlamentarismo daqui a quatro meses, como prevê o projeto aprovado na Comissão de Sistematização. "É uma traição dizer ao povo que ele vai votar num presidente, quando este será apenas um chefe de Estado, porque o chefe de governo vai ser um parlamentar que ele nem conhece", diz o inconformado deputado. Reis está convencido de que os candidatos a presidente da República entrarão o parlamentarismo e, discretamente, está preparando uma emenda permitindo que, num plebiscito, a população possa dizer se deseja ou não ser governada por um premier.

Mas, na confortável situação de quem viu a aprovação de um sistema de governo pelo qual torcia há 23 anos, o senador Nelson Carneiro considera muito inoportuno a movimentação dos candidatos à sucessão presidencial para temer o enterro do parlamentarismo. "Se, com a proclamação da república, os monarquistas que tinham cem anos de realeza conseguiram se adaptar, por que não conseguiremos o mesmo na instalação do parlamentarismo?"

Eleições

Para um ou para todos?

No dia 15 de novembro de 1988, quase 70 milhões de eleitores irão às urnas. E a questão que deverá esquentar a Assembléia Nacional Constituinte é uma só: vamos eleger o ocupante de uma única cadeira, a do Presidente da República, ou de também 559 lugares reservados a deputados federais e senadores? A resposta, hoje, ainda é imprevisível, mas a tendência do plenário é clara: quem não está devidamente representado na "casa do povo" — PT, PDT e empresários — querem eleições gerais já. Quem está — PMDB e PFL — não quer.

Patrões e empregados querem aumentar sua bancada, mas justificam com o espírito democrático: "Se convocarmos eleições gerais vamos caracterizar a Constituinte exclusiva e evitaremos qualquer mal-entendido quanto a nossa atuação", diz o empresário Guilherme Afif Domingos, do PL paulista. O PT, seu arquiinimigo, e presidencialista como Afif, alega uma nova era para o Brasil, com o primeiro presidente eleito pelo voto desde 1960, para explicar a convocação de eleições gerais.

Os parlamentaristas enxergam na convocação de eleições para o Congresso "um golpe contra a instituição". Peemedebista, amigo do presidente da República, o maranhense Cid Carvalho, promete "desmoralizar a campanha". Muita gente vai votar com a certeza de que não vai dar, só para fazer teatro. Eu não me candidatei para uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva e sim congressual. Fortissimo, temos poderes como congressistas e não apenas como constituintes", diz Carvalho.

Mas um presidencialista convicto, o senador Jarbas Passarinho, do

PDS/PA, um dos homens mais respeitados do Parlamento — mereceu, de público, um rasgado elogio do petista José Genoino pela seriedade com que preside as sessões constituintes — também considera eleições gerais "uma cassação branca do mandato dos parlamentares. E eu não falo só por mim, que perdi sete anos, mas por 559 parlamentares".

A tese das eleições gerais, que poderão ser para presidente, deputados federais e senadores, ou para todos os níveis, desde vereador até presidente da República — várias propostas estão em discussão —, une e desune parlamentaristas e presidencialistas. Há grupos distintos na defesa e no ataque. Além dos que desejam aumentar a bancada, há aqueles que defendem o mandato de cinco anos para o presidente e, derrotados na Comissão de Sistematização, partem para a convocação das eleições gerais. "É uma questão de justiça. Cortamos o mandato dele, vamos reduzir o nosso também", diz o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço.

"Seria lógico para a implantação do parlamentarismo, mas é jogada da direita para nos desarticular", rebate outro líder, mas de outra facção, a do PCdoB, Aldo Arantes, parlamentarista por ideologia. Jarbas Passarinho diz com humor: "Seremos Jim Jones?" Para ele a única coisa irreversível no plenário é o mandato de quatro anos para o presidente da República.

"Saudável, democrática, eleição engorda e faz crescer", diz, bem humorado o pedetista e brizollista Nelson Aguiar (ES). O felicitista Azeiteiro Guerra (FR) não vê grandes alterações no futuro congresso: "A nossa Constituinte é conservadora e reflete a sociedade brasileira", avalia Guerra. Na pior das hipóteses, raciocina o deputado, os empresários vão tomar o lugar da esquerda do PMDB que, historicamente, não tem dinheiro para fazer campanha. A questão continua em aberto: em qualquer hipótese, a renovação, numa eleição geral, é de 70% do Congresso, em 1988. Os brasileiros poderão alterar o perfil parlamentar. Ou eleger, com competência, o ocupante de uma única cadeira.

Aposentadoria

O rombo no cofre?

Falar mal de aposentado é quase um tabu no Congresso Nacional. Diz, então, que os 11 milhões de aposentados no país ganham o suficiente para descansar e o suicídio eleitoral de qualquer político. E foi nesse impulso de campanha eleitoral que velhos, vivas e viúvos (pela primeira vez o homem vai receber pensão pela morte da mulher) consagraram uma vitória inédita: aposentadoria integral, com base no último salário, e uma pensão mensal vitalícia a todo o cidadão, a partir dos 65 anos, mesmo sem prova de recolhimento de contribuição à Previdência.

O Deputado José Serra (PMDB-SP), um dos poucos que teve a coragem de subir à tribuna para falar contra as propostas, botou a mão na cabeça: "Não entendem? Isso vai estourar os cofres da Previdência. O Governo vai aumentar o recolhimento da Previdência e quem vai pagar é o pobre." Os assessores do Governo que assistiam à votação correram para seus gabinetes, na tentativa de entender o que dera errado. Mas a derrota do dono do dinheiro — o Ministério da Previdência — estava selada.

Nunca, em tão poucas horas, se concedeu tanto benefício aos trabalhadores como nessa votação. O artigo 47 do projeto de Constituição garantiu aos velhos, além de aposentadoria integral, o direito de receber todos os benefícios e vantagens que posteriormente sejam concedidos aos servidores em atividade, até mesmo quando houver reclassificação de cargos, com todos os reajustes. Para os 11 milhões de aposentados que recebem hoje, na prática, pouco mais da metade de seus salários, só isso já bastaria.

Mas tem mais: a mulher, que pela atual legislação só pode se aposentar

com 65 anos de idade, agora vai se aposentar com 60 (para os homens, foi mantido o limite de 65) por velhice. Conseguiram ainda o direito de, completados 25 anos de serviços (30 para os homens), requerer aposentadoria proporcional, ou seja, com 80 por cento. O sindicalista e presidente do PT, Luis Inácio da Silva, tentou aprovar sua emenda para que os homens se aposentassem aos 55 anos e as mulheres aos 50. O Deputado Gerson Peres (PDS-PA), irritou-se: "Assim não dá! Isso é um insulto, um convite à vadiagem nacional, à prostituição. O homem, nessa idade, está em plena capacidade. E a mulher, se bem-cuidada, ainda é uma jovem útil."

A empolgação dos constituintes não parou aí: os professores — categoria mais temida pelos políticos, por causa da força eleitoral que tem — ganharam aposentadoria com 30 e 25 anos de serviço — e o Governo vai ter que pagar um salário mínimo mensal a todos os deficientes físicos que comprovem não ter meios para garantir sua própria manutenção. O Governo ainda não conseguiu chegar à conclusão de quando isso vai aumentar seus gastos. A estratégia agora é tentar empurrar isso tudo para a legislação ordinária. Mas a guerra — como os próprios assessores do Ministério reconhecem — ficou agora mais difícil: para derrubar as propostas, vão precisar de 289 votos contra os aposentados.

Jornada semanal de 44 horas, hora extra em dobro, e licença para gestante de 120 dias. Essa foi outra grande surpresa da Constituinte. Pela primeira vez, os trabalhadores terão garantidas na Constituição todas as reivindicações que tentaram aprovar durante 30 anos. "Com cerca de 200 milhões de horas extra, nenhum empresário vai querer pagar. E os trabalhadores vão ter seus rendimentos diminuídos", aposta o deputado José Serra (PMDB-SP), que, durante a votação do capítulo dos direitos sociais, assistiu, sentado, a derrubada de todas as suas teses econômicas.

A esquerda vibrava no plenário. E até mesmo empresários "progressistas" deram seu voto a favor dos trabalhadores. Herdeiro de uma milionária família de empresários do Sul, o deputado Wilson de Souza (PMDB-SC) deixou furioso o bloco de empresários gaúchos que se articulava para derrubar as propostas da esquerda. "Votei a favor porque como segundo deputado mais votado no meu Estado, não fui eleito para votar de acordo com os interesses da minha família". A direita chegou a acusá-lo de traição.

O Senador Severo Gomes (PMDB-SP), dono das tecelagens Parafina de São Paulo e Paraíba do Sul, irritou-se: "É ser esquerda quer ampliar em 30 dias a licença de mulher gestante? É ser esquerda pagar hora extra em dobro? Pois eu emprego 2 mil e 500 trabalhadores e nenhum de meus empregados recebe salário mínimo.

Mas, nenhum assunto, depois do mandato do Presidente Sarney, criou tanta confusão na Constituinte como o fantasma que os empresários chamam de "estabilidade no emprego". Bastou uma frase: está proibida a demissão imotivada. A vitória dos trabalhadores na Comissão de Sistematização, mostrou pela primeira vez, o empresariado dividido e os conservadores que, teoricamente, são maioria na Constituinte, totalmente desarticulados.

"Culpa do senhor Albano Franco (Presidente da Confederação Nacional da Indústria e senador pelo PMDB de Sergipe) e do senhor Afif Domingos (PFL-SP e ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo)", acusou o conservador Ricardo Fiuza (PFL-PE), atribuindo aos dois a responsabilidade pela desarticulação do grupo. Ele derrotado naquele momento um dos mais poderosos lobbies da Constituinte: o dos empresários. Os progressistas viraram o voto até dos indecisos. "Estou muito velho para votar contra os trabalhadores", anunciou, da tribuna, o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ). E as surpresas não pararam aí. Até o Sena-

Legislação trabalhista

Paraíso já?

Para os que ainda acreditam que o plenário da Assembléia Constituinte poderá restaurar o sistema presidencialista de governo, aqui vai uma notícia que antecipa os preparativos do país para o ingresso no parlamentarismo: na última quarta-feira, numa reunião na casa do senador Mário Covas, peemedebistas descontentes com Pimenta da Veiga, Eucledes Scalco, Antônio Pedrosa, Antônio Brito, Afonso Teixeira e Fernando Henrique Cardoso conversaram longamente sobre as vantagens da formação de um novo partido político.

O que esse grupo mais discutiu foi a falta de sintonia entre as expectativas da sociedade e a ação política da cúpula do PMDB, concluindo que está aberto o espaço para a formação de um partido de centro-esquerda mais identificado com a classe média. Mas há outros grupos avançando com mais velocidade na direção de uma reforma partidária. O MUP (Movimento de Unidade Progressista) tem seu reunião com frequência para discutir a idéia de se mudar definitivamente para o Partido Socialista Brasileiro.

E toda essa movimentação conseqüente da aprovação de um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, desemboca na seguinte conclusão: a formação de novos blocos partidários e o surgimento de uma maioria e de uma minoria no Congresso são os primeiros sinais de que o parlamentarismo veio para ficar. Além do mais, esse realinhamento partidário prenuncia, entre outras, a seguinte novidade: a partir de 15 de março de 1988, em vez de serem homens da confiança do presidente da República, os 28 ministros de Estado que hoje cuidam da administração federal passarão a necessitar da confiança da Câmara dos Deputados e, em última análise, dos partidos que vão formar a maioria no poder. "O país nunca esteve tão preparado para o parlamentarismo quanto agora", diz o senador José Richa, virtual candidato a primeiro-ministro.

Novos partidos

Esquerda, volve?

A palavra estabilidade não consta do texto. Mas, para os empresários, o foi escrito é a mesma coisa. A partir de agora, se o plenário não derrubar, o trabalhador só poderá ser demitido por justa causa", fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa". E a empresa terá que provar isso na Justiça. "E o mínimo para evitar a selvageria do nosso capitalismo. O Japão, que é um dos países mais avançados do mundo, desde 1949 deu estabilidade plena de emprego aos trabalhadores. Nossos empresários estão brigando porque não querem abrir mão de seus lucros", ataca o deputado do PT paulista José Genoino, considerado um arquiinimigo dos conservadores.

A proibição da demissão imotivada foi comemorada como a maior vitória da esquerda na área social. Mas a reação da direita foi imediata. Inicialmente, sob o comando de Fiuza, conservadores e empresários da Constituinte conseguiram mais de 300 assinaturas e apresentaram um projeto para mudar o Regimento Interno da Constituinte, com o objetivo de garantir a aprovação de suas emendas. O bloco chamado "Centrão" promete derrubar a qualquer custo o texto aprovado pela comissão. E as ameaças continuam.

O deputado Denisar Arneiro (PMDB-RJ), proprietário de uma holding de transportes de carga, disse que se for mantido esse texto, vai demitir, antes da promulgação da Constituição, 30 por cento de seus 2 mil empregados.

José Serra (PMDB-SP) comprou uma briga com a esquerda ao prever um futuro negro para a economia do país: "Val dar em confusão. Os empresários não vão querer contratar e vão formar um mercado marginal de trabalho. Temos que estabelecer um sistema diferenciado, impor indenizações para evitar demissões em massa". Os empresários, agora, só têm duas saídas: mudar o regimento para impor suas emendas, ou conseguir 280 votos para derrubar a proposta no plenário.

A vida impressa em dólar

Um romance mostra o que sucederia nos EUA se o governo metesse a mão brutalmente em sua economia. Qualquer semelhança com o Brasil de hoje...

Wilson Coutinho

O economista Milton Friedman assinaria por baixo o extenso livro da escritora Ayn Rand — **Quem é John Galt?** — um extenso libelo de 903 páginas, editado pela Expressão e Cultura, contra os adversários da livre iniciativa. Deve-se tornar o livro de cabeceira de empresários que vêm o Estado intrrometer-se nas suas contas e nas suas vidas. **Quem é John Galt?** é uma espécie de **Guerra e paz** da propriedade privada e, talvez, o mais audacioso romance engajado do capitalismo e do liberalismo econômico — algo praticamente inexplorado na prosa do século XX.

É certo que existem romances contra o totalitarismo, como **1984**, de George Orwell, ou que espelham a falta de liberdade individual, como **Admirável mundo novo**, de Aldous Huxley — consideradas obras importantes. O livro de Ayn Rand não chegou aos píncaros da glória literária e é pouco provável que chegue a ser um best-seller de adolescentes em crise e democratas convictos. Mas toca no fundo dos problemas que empresários em crise estão enfrentando em sua luta com o Estado.

Ayn Rand escreveu um romance de tese — como pode ser considerado de tese um dos melhores livros de Jean-Paul Sartre, **A náusea**. Mas, diferentemente do personagem criado pelo filósofo existencialista, que sente a estranheza do mundo olhando apenas o fruto de amendoeira, as criaturas de Ayn Rand vivem a estranheza do mundo capitalista — os Estados Unidos, principalmente — quando o Estado desarranja totalmente a sua economia, ao fazer nela uma brutal intervenção.

“O livro, na verdade, tem como defesa a plataforma da livre iniciativa”, diz um dos seus entusiasmados leitores, Mozart Santos Melo, 60, jornalista, publicitário e, atualmente, trabalhando numa consultoria de marketing.

O tema, aparentemente, poderia dar um estudo econômico e sociológico, mas é quase impossível engrenar como romance. Mas Ayn Rand, uma escritora russa naturalizada norte-americana, que morreu em 1982, aos 77 anos, tinha a seu favor o fato de ter trabalhado no início da carreira como roteirista de filmes em Hollywood; e assim conseguiu a proeza de criar suspense numa obra cujo tema não permitiria grandes arrojados literários. John Galt, por exemplo, só aparece no final do romance, e para desancar o presidente dos Estados Unidos, depois que o país entra em total desorganização. Antes, o seu nome é um lema proferido pelos cidadãos que veem suas vidas arruinadas pela intervenção estatal.

“O romance tem muito a ver com o Brasil de hoje, quando o Estado interveio em tudo”, explica Mozart Santos Melo.

Publicado nos Estados Unidos em 1957, o livro, em 1964, quando a escritora deu uma entrevista a Alvin Toffler

para a **Playboy**, tinha vendido mais de 1 milhão de duzentos mil exemplares e transformado John Galt num herói do individualismo capitalista. É praticamente impossível um romance terminar seriamente com o personagem principal desenhando no ar o cifrão do dólar, mas é assim mesmo que Ayn Rand conseguiu finalizar a seu longo romance.

O dólar, para escritora, não é um pérfido símbolo. Ao contrário, ele é um ideal de liberdade, símbolo de um país livre e de liberdade de pensamento. É claro que Ayn Rand pode chocar inúmeras pessoas. Ela chega a sugerir que a cruz cristã simboliza a tortura, preferindo o símbolo do dólar.

Há outras posições pessoais da escritora que devem ter escandalizado as pessoas na época em que foi entrevistada por Alvin Toffler. Ela era a favor da invasão da União Soviética e do bloqueio de Cuba e praticamente detestava a literatura e a arte moderna, utilizando um argumento não muito feliz para uma defensora da liberdade de expressão. Simplesmente, Ayn Rand achava a literatura contemporânea filosoficamente imoral, devotada à depravação; considerava ilegível a obra de Faulkner e não conseguia terminar a leitura de **Lolita**, de Nabokov, embora reconhecesse que o escritor — russo como ela — tinha um belo estilo.

Com uma posição extremamente

Fragmento

“**E**LES proclamam que todo homem que nasce tem o direito de existir sem trabalhar, e, não obstante as leis da realidade, tem o direito de subsistência mínima — comida, roupa, casa — sem fazer nenhum esforço, porque tal lhe cabe por direito de nascença. Receber tais coisas de quem? Silêncio. Todo homem, proclamam eles, é proprietário de um quinhão equânime dos benefícios tecnológicos criados no mundo. Criados por quem? Silêncio. Covardes histéricos que se fazem passar por industriais agora desfinem o objetivo da economia como “um ajuste entre os desejos ilimitados dos homens e os bens produzidos em quantidade limitada”. Produzidos por quem? Silêncio.”



ética, a escritora ficava numa situação à margem. Nem os liberais, nem os conservadores gostavam dela. Eleitora do senador Barry Goldwater, advogada ferrenha do **laissez-faire** capitalista, chegava a pregar que ruas, estradas, correios e escolas deveriam ser privatizadas. Não com tanta contundência, este projeto chegou a se transformar no lema liberal dos anos 80, quando o **welfare state** tornou-se praticamente obsoleto.

Uma coisa é certa e daí, talvez, venha o revival de sua obra **Quem é John Galt?** Ayn Rand não tem vergonha de ser capitalista, nem quer condimentar o sistema econômico com temperos socialistas. Não gostava da mistura. Como também não gostava dos ataques reacionários contra o comunismo. Não é que fosse contra, mas achava que o capitalismo deveria ser defendido, principalmente porque, para ela, era o único sistema racional do mundo.

Quem é John Galt? pode ser um best-seller para os neoliberais, que estão na espuma da moda. O romance traça o desenho de uma América liquidada, quando o presidente dos Estados Unidos resolve planejar toda a economia. Assim, ninguém era mais dono das patentes das invenções e as empresas ficavam na obrigação de fornecer o segredo do que tinham inventado. Também o Estado decretava quantos funcionários deveria ter uma empresa e o ofício que as pessoas exerceriam.

John Galt é um filósofo e matemático — e também um empresário — que destrói sua fábrica e começa a aglutinar em torno de si todos os empresários arruinados pela presença do Estado. De repente, esses capitães da indústria se escondem num vale no Colorado e organizam uma revolução silenciosa e surda, que acabará alcançando todo o país e fazendo com que John Galt seja recebido em Washington pelo presidente da República. Os Estados Unidos retornam, finalmente, para a livre iniciativa.

É certo que o romance, ao contrário dos de Balzac, que criticavam a burguesia, pode ser lido pelos que acham que a privatização de tudo pode tornar uma economia mais saudável. Para os mais céticos, liberdade do mercado e democracia por vezes não costumam realizar casamentos felizes. O Chile, do ditador Pinochet, privatizou a Previdência Social, mas não conseguiu ainda criar uma democracia. O dólar, às vezes, não entra no câmbio dos regimes livres.

Bye, bye Portugal

Paula Guedes

TOMEI um susto. A pesquisa publicada no **JORNAL DO BRASIL**, domingo passado, mostrava que boa parte da classe média sonha morar em Portugal. Não desejaria encurtar este sonho, mas seria razoável que antes que os brasileiros fossem para a fila dos passaportes, soubessem alguns dados sobre o meu país. Primeiro, há um grave problema de moradia, que tem balançado os costumes dos jovens portugueses. Tenho uma amiga que é obrigada a acolher, em sua casa, os dois filhos casados. Em cidades como Lisboa e Porto — as duas maiores do país — praticamente não existem casas para alugar. E quando estão disponíveis os preços vão às nuvens. Um conjugado em Lisboa — e não num lugar privilegiado — está custando cerca de CZ\$ 30 mil por mês. Uma das saídas encontradas é morar em quartos nas casas de família, cujos preços também são altos. Segundo, os preços de roupas, sapatos ou produtos de beleza estão pela hora da morte. Um pulôver não costuma sair por menos de CZ\$ 8 mil. Os divertimentos são atropelados pela carestia, de modo que um ingresso de cinema está por CZ\$ 300,00, e para os fumantes um maço de cigarros custa por volta de CZ\$ 115,00.

É fato que a comida portuguesa tem razão de ser elogiada



Paula Guedes lembra que em cidades como Lisboa e Porto, as duas maiores de Portugal, praticamente não existem casas para alugar

de ser elogiada pela sua qualidade — e até bem pouco tempo por ser barata. Estive em Leça da Palmeira, perto do Porto, atrás de um novo restaurante. Chama-se **A flor do castelo** e a comida mantém o prestígio da culinária portuguesa, com a exceção dos preços. Eu e uma amiga tivemos de desembolsar 50 dólares, sem entrada e sem o **poire**, que tanto sucesso faz em Brasília. A comida era boa, mas não chega aos pés do **Antiquarius**. É claro que restaurantes desse tipo não são frequentados a toda hora, mas podem dar a dimensão de quanto a vida em Portugal não é um mar de rosas pronto para ser navegado.

Há muitos brasileiros morando em Portugal, mas não necessariamente da classe média. O povo português geralmente é gentil com os estrangeiros, e os brasileiros têm uma alta cotação em sua simpatia. Algo, porém, está mudando. Estou morando há um ano no Brasil e não sei o que aconteceu de um ano para cá, mas por várias vezes fui abordada por portugueses, inclusive intelectuais, que cortavam qualquer conversa sobre brasileiros. “Eu não suporto mais ouvir, falar e ver brasileiros”, diziam. É um preconceito, mas é sintomático que o sucesso que os brasileiros desfrutavam em Portugal tenha decaído tanto e pode chegar a ser o início de um pesadelo para quem deseja ver o país como um paraíso a beira-mar plantado.

A verdade é que a imagem do brasileiro está sofrendo um corrosivo desgaste. No século passado, era comum nas peças de teatro e nos romances naturalistas a presença de um personagem caracterizado como o brasileiro, isto é, o português aldeão que vinha para o Brasil, fazia fortuna e retornava para esbanjar e arrotar entre lautos almoços. Era uma imagem caricaturizada, que exibia mais o rancor de uma elite e dos que tinham ficado no país. Foi Eça de Queiroz quem chamou a atenção para o excesso de caricatura com que se pintavam esses personagens. O brasileiro de agora é brasileiro mesmo e pode sofrer a mesma demolição que, outrora, os escritores fizeram de seus patricios.

Outra má notícia para os brasileiros sonhadores: a burocracia lá é um fardo, mas talvez os brasileiros não a sintam tanto porque a deixamos aqui como uma herança que não deve ser elogiada. Assim, o acordo luso-brasileiro, que torna os dois povos com, praticamente, a mesma nacionalidade, é um processo lento e tem de seguir as mesmas etapas que qualquer estrangeiro é obrigado a fazer para adquirir a sua carteira de identidade. É fato que desde que o país entrou no Mercado Comum os portugueses estão se sentindo mais europeus, mas ainda faltam inúmeros ajustes para que a Europa moderna entre em Portugal.

A maior novidade é a Bolsa

de Lisboa. Visitei uma amiga; escutei a empregada entrar na sala, agitada, como se algo estivesse acontecendo de importante no país. “Senhora, minha senhora, já está a dar aquilo”, dizia. Aquilo era a cotação da Bolsa, exibida na TV. A dona da casa correu para o aparelho, onde viu suas ações cair em 23 escudos. “Vai subir, vai subir”, gritava aflita. Este pode ser um lado modernizador de Portugal. Os ricos brasileiros, já acostumados aos ritmos da ciranda financeira, pouco se emocionarão com a que ocorre em Portugal.

Não quero cortar o sonho da classe média brasileira. Portugal é pequeno, bonito, amoroso, mas também velho, dramático e pesado. Não tem assaltos nem violência como aqui, e suponho que isto seja um fator para que inúmeras pessoas estejam com um olho na Galeão e outro na idílica Sintra. Entre uma opção e outra, também sobra o próprio Brasil. Há cidades como Uberlândia e ilhas de tranquilidade como Mauá. Com dinheiro, se poderia até investir em pequenas cidades brasileiras e o interior de São Paulo é um bom exemplo. O Brasil pode estar numa péssima fase, mas diferente de Portugal, é ainda um país em que me sinto mais próxima à pulsação do meu tempo.

Paula Guedes é portuguesa do Porto e mora há um ano no Rio de Janeiro. Recentemente esteve em Portugal para o lançamento do filme **O bobo**, que será exibido no **FestRio** e no **Qual é a atriz principal...**